

- popular: a crise e a crítica aos paradigmas*. Trabalho apresentado na 20ª Reunião Anual da ANPEd - 1997; GT Educação Popular - Caxambú, MG.
- RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica*. 23ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- RUIZ, João Álvaro. *Metodologia Científica*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- SANTOS, Márcio Ferreira dos. *Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais*. 3º Vol. (I-S). São Paulo: Matese. 1963.
- SCHLESINGER, Hugo; PORTO, Humberto. *Dicionário Enciclopédico das Religiões. Vol. II (K-Z)*; Petrópolis: Vozes. 1995.
- SCHMITZ, Hubert. *Automação Microeletrônica e Trabalho: A Experiência Internacional*. In SCHMITZ, Hubert & CARVALHO, Ruy de Quadros (Orgs.) *Automação, Competitividade e Trabalho: A Experiência Internacional*. São Paulo: Hucitec; 1988.
- SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 20ª ed rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 1996.
- SILVEIRA, Caio M.; MELLO, Ricardo; GOMES, Rosemary. *Metodologias de Capacitação: CEFÉ - GESPAR - Capacitação Massiva*. Rio de Janeiro: FASE e NAPE; 1997.
- SIVENT, Maria Teresa. *La crisis de la educación: una perspectiva a partir de la educación popular*. In: GADOTTI, M. & TORRES, C. A. (Orgs.). *Educación Popular: utopia latino-americana*. São Paulo: Cortez/Edusp; 1994.
- SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas*. 3ª ed.; São Paulo: Contexto; 1999.
- _____. *Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo*. Proposta Nº 72, p. 6-13, Março/maio de 1997. Revista da FASE, - Rio de Janeiro.
- SIQUEIRA, Carlos Aquiles (Coord.) *Geração de emprego e renda no Brasil: experiências de sucesso*. Rio de Janeiro: CEBELA e DP&A Editores; 1999.
- SIZANOSKI, Raquel. *O novo dentro do velho: cooperativas de produção agropecuária do MST (possibilidades e limites na construção de outro coletivo social)*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política - Florianópolis: UFSC; setembro de 1998.
- SOUZA, Nilson Araújo. *O Colapso do Neoliberalismo*. São Paulo: Global; 1995.
- VALE, Ana Maria do. *Educación Popular na Escola Pública*. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 8).
- VALENTE, Maria Rita da Silva. *Programa Crediamigo*. In: SIQUEIRA, Carlos Aquiles (Coord.) *Geração de emprego e renda no Brasil: experiências de sucesso*. Rio de Janeiro: CEBELA e DP&A Editores; 1999; (pp. 155-175).

- _____. *Pedagogia do Oprimido*. 18ª ed. São Paulo: Paz e Terra; 1988.
- _____. *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra. 1997.
- GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da Práxis*. São Paulo: Cortez, 1998
- _____. & GUTIÉRREZ, F. (Orgs.). *Educação Comunitária e Economia Popular*. São Paulo: Cortez, 1993 (Coleção Questões de Nossa Época).
- _____. & TORRES, Carlos A. (Orgs.). *Educação Popular - Utopia latino-americana*. São Paulo: Cortez/Edusp; 1994.
- _____. *Pensamento Pedagógico Brasileiro*. 5ª ed. São Paulo: Ática; 1994b.
- _____. *Para chegar lá juntos e em tempo: caminhos e significados da educação popular em diferentes contextos*. Trabalho apresentado no GT 06 - Educação Popular, durante a XXI Reunião da ANPEd, Caxambu, MG; 1998.
- GAIGER, L. I. *Empreendimentos Solidários: Uma alternativa para a economia popular?* In: GAIGER, L. I. (Org.) *Formas de Combate e Resistência a Pobreza*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.
- _____. et al. *A Economia Solidária no Rio Grande do Sul: Viabilidade e Perspectivas*. Caderno CEDOPE - Série Movimentos Sociais e Cultura; São Leopoldo, nº 15; pp. 1-80; 1999.
- GOMES, Rosemary e LOSSACK, Harald. *CEFE: Formação e Capacitação de Pequenos Empreendedores e Microempresários*. Revista Proposta Nº 63 Dezembro de 1994. Rio de Janeiro: FASE. (pp.66-69).
- GONÇALVES, Elisa Pereira. *Educação Popular: entre a modernidade e a pós-modernidade*. Trabalho apresentado na 20ª Reunião Anual da ANPEd 1997; GT - Educação Popular; Caxambú, MG.
- GRACIANI, M. Stela S. *Pedagogia Social de Rua*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire; 1997.
- GUTIÉRREZ, Francisco. *América Central: Educação e Economia Popular*. In: POSTER, C. & ZIMMER, J. (Orgs.). *Educação Comunitária no Terceiro Mundo*. Campinas: Papirus; 1995 (Série Educação Internacional do Instituto Paulo Freire).
- GUTIÉRREZ, Francisco. *Acercamiento teorico a la educación socialmente produtiva*. San José: ILPEC, 1983, mimeo.
- _____. *Educação como práxis política*. São Paulo: Summus. 1988; (Novas buscas em educação. vol. 34).
- _____. *Educação Socialmente Produtiva*. In GADOTTI, M. & GUTIÉRREZ, F.

Referências Bibliográficas

- ABBGNAJO, Nicola. *Dicionário de Filosofia* (3ª ed. revisada e ampliada). São Paulo: Martins Fontes. 1998.
- AMARAL, Roberto. *Projeto Cidadão: A experiência de geração de renda e emprego em Maceió*. In: SIQUEIRA, Carlos Aquiles (Coord.) *Geração de emprego e renda no Brasil: experiências de sucesso*. Rio de Janeiro: CEBELA e DP&A Editores; 1999. (pp.113-135)
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP; 1997.
- ARRUDA, Marcos. *O Feminino Criador: sócio-economia solidária e educação*. Texto apresentado na reunião anual da ANPED, setembro de 1998. Rio de Janeiro: PACS (Mímeo).
- _____. *Sócio-Economia Solidária: Desenvolvimento de baixo para cima*. Texto apresentado no Simpósio Internacional sobre "Estratégias de la Sociedad Civil en la América Latina y Europa", Burg Shlaining e Viena, Áustria, 15-18/05/1998b. Rio de Janeiro: PACS (Mímeo).
- _____. *Globalização e Desenvolvimento Comunitário Autogestionário*. Ensaio escrito para a Rede de Ação Comunitária, Irlanda, dezembro de 1998c. Rio de Janeiro: PACS (Mímeo)
- _____. *Globalização e Sociedade Civil: Repensando o Cooperativismo no contexto da cidadania ativa*. Texto preparado para apresentação na Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizado pelo Instituto de Pesquisas da ONU para o Desenvolvimento Social. Genebra, 9-11/12/1996. Rio de Janeiro: PACS (Mímeo).
- ÁVILA, Vicente. *A Pesquisa na dinâmica da vida*. Campo Grande: Ed. UFMS. 1993
- AZIBEIRO, Nadir E. *A criação de relações de saber, poder e prazer na vida e nos processos educativos: a experiência do FFMP-INCA, 1ª, 2ª e 3ª turmas*. Dissertação de Mestrado-Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina; 1994.
- BARELLI, Walter. *Auto-emprego: Uma proposta empreendedora para o Brasil*. In: SIQUEIRA, Carlos A. (Coord.) *Geração de emprego e renda no Brasil: experiências de sucesso*. Rio de Janeiro: CEBELA e DP&A Editores; 1999. (pp.137-154).

coletivo e autogestionário. O coletivo é valorizado como agente educador e, mais uma vez, o capacitador é confirmado como facilitador ou mediador. Estes, assessorando e oferecendo aos trabalhadores e trabalhadoras em processo de formação-capacitação as informações de que precisam e no momento em que solicitam, possibilitam que seus beneficiários aprendam a envolver a capacidade de iniciativa para reflexão e organização das alternativas possíveis para a solução de seus problemas. Através de jogos e simulações, oportunizam o envolvimento da consciência de que no trabalho coletivo é imprescindível o respeito às diferenças de ritmo, de valores, de capacidades, de concepções... para que não haja estrangimento ou sentimento de exploração por algum ou alguns companheiros.

Finalizando esta dissertação, retorna-se à questão-problema que norteou as leituras e a tematização aqui apresentada. *Como é tratada a contradição que emerge da relação entre empreendimentos de Economia Popular Solidária - concebidos como espaços de solidariedade, de construção de novas relações sociais de trabalho, de resgate do ser humano enquanto sujeito do processo produtivo, o que pressupõe a construção de conhecimentos, portanto, dentro da dimensão de Educação Popular - com a lógica do sistema produtivo capitalista, cuja dinâmica se pauta na "livre" concorrência, que exige capacidade auto-capitalização permanente para investimentos em tecnologias e capital de giro, encorajando-se para o enfrentamento da competitividade do mercado?*

A hipótese que orientou este estudo foi a de que a possibilidade de esses empreendimentos superarem o economicismo do mercado capitalista está na articulação da dimensão econômico-empresarial com a dimensão sócio-educativa, oportunizando aos seus integrantes a apropriação de conhecimentos que os permitam avançar no processo de emancipação sócio-político-econômica e cultural. Essa articulação entre a dimensão econômico-empresarial com a dimensão sócio-educativa procede, porém, não é suficiente. Mais do que isso, é preciso também uma opção política. Ter presente um projeto de solidariedade, um projeto que busque estabelecer novas relações de trabalho e novas relações sociais, políticas, econômicas e culturais. A busca de viabilidade econômica combinada com a ausência deste projeto político mais amplo faz com que muitos dos empreendimentos solidários acabem assimilando a dinâmica do mercado capitalista, tentando - sempre ou quase sempre de forma muito precária - adaptar-se a ele.

Portanto, não basta apenas criar espaços de construção de conhecimentos, ainda que se trate de conhecimentos voltados à leitura crítica da realidade sócio-político-econômica e cultural. Mais do que o tipo de conhecimento a ser produzido, o importante é como esse conhecimento é construído. Nesse sentido, destaca-se o papel das relações que se estabelecem

são trabalhadas todas as questões técnicas relacionadas à operacionalização do empreendimento enquanto busca de viabilidade econômica. Portanto, do gerenciamento e a autogestão do empreendimento, até a comercialização e a qualificação da mão-de-obra para a produção. Aqui, a preocupação, sem descolar do projeto político, migra para a capacitação e/ou atualização técnica dos trabalhadores e trabalhadoras, para produzir mais e melhor. O princípio é de que as pessoas só adquirem produtos que agreguem qualidade, beleza (questão da aparência) e preço compatível. Isto exige não só tecnologia, mas também capacitação técnica, o que depende de cursos de qualificação e/ou aperfeiçoamento profissional.

Uma segunda questão destacada neste item é em relação à preparação para o trabalho coletivo e autogestionário. Não basta sensibilizar, é preciso instrumentalizar os trabalhadores e trabalhadoras para o trabalho cooperado, superando a cultura da delegação e da reivindicação, do mando e da obediência (ARRUDA, 1996), sem, contudo, confundir com a inexistência de coordenação. Neste sentido, é que demanda a capacitação em liderança, secretariado, tesouraria, coordenação de reuniões e assembleias etc.

Como conclusão acerca do conteúdo da dimensão sócio-educativa dos empreendimentos de Sócio-economia Solidária, nos textos analisados, verifica-se que os autores – Paul Singer com menor ênfase - dimensionam a discussão em torno da Sócio-economia Solidária para um projeto de intervenção sócio-educativa voltado à interação e alteração do sistema sócio-político e econômico vigente. Obviamente, nem todas as experiências que vêm sendo implementadas e gestadas sob o selo da Sócio-economia Solidária se apresentam como tal. Da mesma forma, também muitas daquelas iniciativas que são assessoradas e/ou promovidas por entidades comprometidas político-econômica e socialmente com as camadas populares, conseguem manter-se coerentes com a proposta político-pedagógica explicitada acima.

4. Metodologias

O processo de construção da cultura solidária explicitado páginas acima constitui-se num enorme desafio aos trabalhadores-empresendedores organizados sócio-economicamente. Segundo Marcos Arruda, este desafio tem origem já na própria motivação dos trabalhadores e trabalhadoras de organizar ou aproximar-se de um empreendimento dessa natureza, que é a busca dos recursos de que precisam para garantir a sua sobrevivência e a de seus familiares. O outro desafio está na cultura que predomina na sociedade contemporânea, que é a cultura do

novo e o melhor é concebido como a força motriz do sair de si mesmo, de ir ao encontro do outro, do novo. E o sonho, quando coletivo, apresenta uma dimensão ainda maior, pois serve de suporte para aqueles que às vezes enfraquecem. Da mesma forma é a utopia. Esta é o oxigênio do caminhar e do lutar por uma vida sempre melhor.

No subtema relação com o outro, situa-se a solidariedade de classe, o compromisso com a justiça social e, portanto, o exercício da cidadania. Daí, o conhecimento e o respeito pelos direitos pessoais e sociais, direitos individuais e coletivos, bem como o conhecimento de como funciona a sociedade contemporânea, são fundamentais. É nesta perspectiva que situa-se também a formação político-ideológica. Conforme já explicitado, trata-se de oportunizar aos integrantes de um empreendimento de Sócio-economia Solidária informações que lhes possibilite produzir e/ou ampliar os conhecimentos que já possuem acerca do funcionamento da sociedade capitalista. Contribuir para que percebam e se posicionem de forma crítica, que é a partir de sua história e das condições das quais dispõem para garantir sua sobrevivência e a de seus familiares, que deverão, no coletivo, encontrar os meios de que necessitam para um padrão de vida digno. Portanto, trata-se de desenvolver a percepção e a consciência de que a lógica da economia de mercado capitalista é a exclusão e que a alternativa não está na inserção no sistema. A alternativa está na construção de outra lógica, diferente daquela explicitada e concretizada na economia de mercado.

Também dentro do subtema relação com o outro está a questão da reconstrução da identidade cultural. Significa possibilitar reflexões que os ajudem a organizar os elementos culturais assimilados a partir do hibridismo que emerge da relação entre a cultura rural - própria da maioria dos moradores das periferias das médias e grandes cidades - e a cultura urbana (CANCLINI, 1998).

Por último, dentro deste subtema é trabalhada a construção e a vivência de uma nova ética, constituída pelos seguintes elementos:

- I - Companheirismo e cooperação, traduzidos no comprometimento com o sucesso, com o bem-estar e a felicidade não só entre os integrantes do grupo, mas também para além deles, com todos os trabalhadores e trabalhadoras enquanto classe.
- II - Vivência do trabalho em sua dimensão humanizadora. Revalorizar o trabalho, concebendo-o como gerador de riqueza coletiva e não como instrumento gerador de miséria, como exploração e alienação, mesmo que num empreendimento de Sócio-economia Solidária o ritmo de trabalho não seja inferior ao de um empreendimento produtivo capitalista. A mudança não está, portanto, necessariamente na carga horária de trabalho, mas nas relações de trabalho, seja na relação trabalhador-trabalhador, seja na relação trabalhador-

capaz de estabelecer um outro olhar sobre todo o processo produtivo, desde a propriedade coletiva dos meios de produção, passando pelas relações dos trabalhadores entre si e pelos produtos e os resultados obtidos com eles no mercado, até chegar nas relações desses trabalhadores com toda a classe trabalhadora, seja pela relação produtor-consumidor, seja pela relação produtor fornecedor. Portanto, conceber a Sócio-economia solidária como projeto, significa concebê-la como ferramenta na construção de um novo projeto de sociedade.

Segundo Arruda, esse projeto de Sócio-economia Solidária efetiva-se no micro e no macro. No micro, através das cooperativas de autogestão solidária, desencadeando um processo educativo cujo objetivo é "*eleva a consciência para a crescente autonomia, auto-desenvolvimento, auto-educação e auto-governo do indivíduo e da coletividade*" (ARRUDA, 1996, citando Teilhard de Chardin). No macro, buscando a "*transformação das instituições e relações sociais*" não só em nível local, mas também nacional e inclusive global (Idem, 1998). Neste aspecto, Arruda explicita a dimensão política do projeto de Sócio-economia Solidária. Em relação à dimensão social, esta se encontra na preocupação com a busca do bem-estar e satisfação não só dos membros do grupo e da comunidade local, mas de toda a população: nacional, regional e até global (Idem, 1996). É nessa perspectiva que Arruda concebe a cultura solidária. Parafraseando o autor, a cultura solidária traduz-se na consciência de que tanto os interesses do indivíduo quanto os interesses do grupo são legítimos, desde que, ao buscar satisfazê-los, reconheça-se os interesses de outros indivíduos, de outros grupos e de toda a população. Trata-se de uma consciência em que predomina o *espírito* e a postura da partilha de energia e de recursos entre os indivíduos de um mesmo grupo e destes com outros. Em Arruda, portanto, a solidariedade é companheira, aberta a todos os trabalhadores e trabalhadoras, seja enquanto grupo, seja enquanto indivíduos.

Em Coraggio, a dimensão sócio-educativa explicita-se no próprio sentido que atribui à Sócio-economia Solidária (para ele, economia popular). Trata-se da *reprodução ampliada da vida*. Este conceito significa ampliar, "*sem limites, a qualidade de vida, incluídas as relações comunitárias e sociais.*" (CORAGGIO, 1997, p. 36). Essa dimensão fica ainda mais explícita ao afirmar que o fator que caracteriza a *Economia Popular* é a "*qualidade de suas relações e o sentido de seus produtos...*" (Idem, 1996, p. 196). Ou seja, segundo Coraggio, os empreendimentos de Sócio-economia Solidária se caracterizam não por relações meramente econômicas, monetárias, mas pelo tipo de relações que proporcionam e pelo significado de seus produtos no contexto dessas relações.

Gaiger, ao descrever os objetivos organizacionais dos empreendimentos de Sócio-economia Solidária, também trata da dimensão sócio-educativa dessas organizações. Segundo

comercialização e, portanto, também relações de trabalho, são menos complexas? Para essas questões também não foram encontrados elementos que permitissem formular uma resposta.

2. Objetivos

As práticas de Educação Popular hoje se caracterizam muito mais por buscar respostas para as necessidades concretas das pessoas que as integram do que por atividades voltadas à formação de consciência crítica e reivindicativa das décadas anteriores (GADOTTI). Coraggio complementa, afirmando que a Educação Popular, hoje, "*ainda que não opere como força social autônoma, (...) em geral [seus agentes] podem caracterizar-se por advogar pelos interesses populares (CORAGGIO)*".

Assim, ainda que Paul Singer afirme que o objetivo da Economia Solidária seja resolver o problema do desemprego, o que está em questão não é somente um paliativo ao processo de exclusão dos trabalhadores e trabalhadoras das camadas populares desencadeado pelo sistema vigente. Muito mais do que isso, o que está em jogo é a vida dessas pessoas, que dependem de seus próprios recursos para sobreviver dentro de um padrão mínimo de dignidade - mesmo que esses recursos sejam tão-somente seus conhecimentos e/ou sua força física.

Razeto, Arruda e Coraggio ampliam este propósito da Economia Solidária formulado por Singer - resolver o problema do desemprego. Estes autores indicam outros elementos que evidenciam que o objetivo desse novo subsistema sócio-econômico é a construção de uma nova racionalidade não somente econômica, mas também, e sobretudo, política e social. Racionalidade que passa pela construção de uma cultura solidária. Esses autores constroem seus argumentos dentro da perspectiva do desenvolvimento econômico local (Arruda) ou humano (Coraggio).

Em nenhum dos textos estudados os autores colocam que o objetivo desse novo subsistema seja a substituição do sistema capitalista dominante ou que sua meta seja a de constituir-se enquanto subsistema meramente econômico, adaptado ao sistema capitalista. Em vez disso, é comum entre eles a afirmação de que, partindo de suas necessidades concretas, os trabalhadores e trabalhadoras têm na Sócio-economia Solidária a oportunidade de construir e participar de uma rede própria e autônoma de relações e interações sociais, econômicas, políticas e, portanto, culturais, compatíveis com as condições de que precisa todo e qualquer ser humano para ter um padrão de vida digno.

bem mais abrangente. Segundo Chico Lara, esta terminologia "*designa a subordinação da economia à sua finalidade, que é prover, de maneira sustentável, as bases materiais para o desenvolvimento pessoal, social e ambiental do ser humano*". Expressa uma visão de "*economia a serviço do ser humano e da sociedade*", não o contrário (LARA, 1998, p. 4).

Uma segunda observação é em relação ao adjetivo popular atribuído a alguns empreendimentos econômicos solidários (as cooperativas populares), ou mesmo adotado por muitos autores como terminologia para conceituar a Economia Solidária. Duas leituras ou interpretações podem ser feitas. Uma, é aquela usada pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, que integram uma rede ligada a algumas universidades brasileiras. Nesta leitura, o popular designa o perfil ou as condições das pessoas que as integram, que são trabalhadores e trabalhadoras dos segmentos mais despossuídos da sociedade: as pessoas das camadas populares. A outra interpretação, explicitada por Ana Maria do Vale, expressa a adesão a um projeto de vida e de história construído a partir dos trabalhadores e trabalhadoras, portanto, a partir do ser humano, e não do capital e do lucro (VALE, 1992)⁶⁵. É dentro desta segunda dimensão que, nos textos analisados, é concebida o projeto de Sócio-economia Solidária citado por Arruda.

Feitas essas colocações, passa-se ao comentário de alguns pontos relacionados aos quatro itens que constituem o corpo teórico-metodológico da Educação Popular: sujeitos, objetivos, conteúdo e metodologia, seguindo a reflexão que se desenvolveu na conclusão da segunda parte.

1. Sujeitos

No material analisado, aparecem dois grupos: os trabalhadores e trabalhadoras historicamente excluídos do mercado formal de trabalho e os trabalhadores e trabalhadoras desempregados em consequência do processo de reestruturação produtiva e/ou da privatização de estatais. Em relação ao primeiro grupo, percebe-se uma aproximação muito grande com os sujeitos tradicionais das práticas de Educação Popular. Já as pessoas que fazem parte do segundo grupo, que são desempregadas pelo processo de reestruturação produtiva e/ou privatização de estatais, não correspondem a 100% dos trabalhadores e trabalhadoras das

O popular é uma "*concepção de vida e da história que as classes populares constroem no interior das sociedades democráticas, estando, necessariamente, ligado à questão da qualidade de vida das pessoas*" (VALE, 1992, pp. 55-56).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

SOCIO-ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO POPULAR

Como é tratada a contradição que emerge da relação entre os empreendimentos de Economia Popular Solidária - concebidos como espaços de solidariedade, de construção de novas relações sociais de trabalho, de resgate do ser humano enquanto sujeito do processo produtivo, o que pressupõe a construção de conhecimentos, portanto, dentro da dimensão de Educação Popular - com a lógica do sistema produtivo capitalista, cuja dinâmica se pauta na "livre" concorrência, que exige capacidade de auto-capitalização permanente para investimentos em tecnologias e capital de giro, potencializando-se para o enfrentamento da competitividade do mercado?

O objetivo de sistematizar a discussão acerca da Economia Solidária em alguns autores que vêm discutindo a temática não foi tecer crítica a este ou aquele em particular, ainda que num ou noutro momento apareçam pontos que testemunhem o contrário desta pretensão. A intenção foi sistematizar os elementos que evidenciem o corpo teórico-metodológico da discussão em torno dos programas de geração de trabalho e renda que vem emergindo como um novo subsistema econômico e que até então se encontram fragmentados na bibliografia, ainda restrita, mas muito rica, sobre o assunto. Assim, para alcançar o objetivo deste estudo, seguiu-se os pontos elencados na conclusão da segunda parte, dado que o referencial de análise é a discussão teórico-metodológica em torno da Educação Popular que fundamentou a proposta de geração de trabalho e renda promovida pelos movimentos populares e segmentos progressistas da Igreja Católica: os Projetos Comunitários de Geração de Renda.

Do material consultado, priorizou-se alguns textos de Paul Singer, Luiz Razeto, José Luiz Coraggio, Marcos Arruda, Luiz Inácio Gaiger e outros.

Ainda que estes autores utilizem terminologias como Economia Solidária (SINGER), Economia de Solidariedade (RAZETO) e Economia Popular (CORAGGIO), adotou-se na

informatização etc;

III) a integração interempresarial, com o estabelecimento de alianças estratégicas e a formação de complexos econômicos locais (Idem, p. 80).

O que se destaca desta metodologia em relação às duas anteriores é que esta, incorporando elementos da Metodologia CEFE e da Metodologia de Capacitação Massiva, instrumentaliza os treinandos tanto para os empreendimentos individuais quanto para os coletivos. Esta característica se deve ao fato de conceber o empreendimento econômico como um elemento voltado para o desenvolvimento econômico local. Isto significa que toda a dinâmica da capacitação tem em seu horizonte a perspectiva da potencialização dos seres humanos enquanto protagonistas do desenvolvimento seu e de sua comunidade.

Um outro aspecto que merece destaque desta metodologia (GESPAR) é a sua articulação com as demais organizações sociais do local onde o projeto de capacitação/formação de empreendedores é desenvolvido. Isto é realizado já na primeira fase da metodologia. Através de um processo de articulação e capacitação, estabelece-se uma rede de parcerias institucionais. O objetivo desta rede é o de ampliar a ação em torno de um projeto comum: o desenvolvimento econômico local.

Finalizando este item - **questões metodológicas** - destaca-se que as metodologias utilizadas na capacitação de empreendedores individuais e/ou coletivos das camadas populares se pautam no princípio da pedagogia participativa: aprender fazendo. O objetivo é a construção de sujeitos empreendedores, ora com destaque para os empreendedores individuais (como é o caso da Metodologia CEFE), ora com destaque para os empreendedores coletivos, como prioriza a Metodologia de Capacitação Massiva. Em relação à Metodologia GESPAR, esta, por focar-se de forma mais explícita na perspectiva do desenvolvimento econômico local, acaba integrando uma e outra dimensão. Neste sentido, tanto a Metodologia GESPAR quanto a Metodologia de Capacitação Massiva buscam subordinar a dimensão econômico-empresarial à dimensão organizacional: a cooperação na GESPAR e a organização popular na Capacitação Massiva. Na Metodologia CEFE, devido à inserção e viabilidade econômica do empreendimento no mercado, destaca-se a dimensão econômico-empresarial sobre a cooperação. Ainda assim, as três têm como estratégia pedagógica a mudança de comportamento, individual e social, cujo foco é a construção e reconstrução de sujeitos enquanto protagonistas do processo produtivo. Neste sentido, as três metodologias trabalham na perspectiva de que a sustentabilidade econômica do empreendimento depende do desenvolvimento da sustentabilidade social, sem ignorar que esta é demasiadamente vulnerável quando destituída da primeira.

O que diferencia a metodologia GESPAR das demais – ao menos enquanto proposta teórica - é a ênfase que dá ao “desenvolvimento econômico local”⁶² e a *“organização e construção de sujeitos coletivos, identificados com o empreendimento associativo [cooperativas e associações] ou, mais amplamente, com a comunidade integrada no processo”* (Idem, p. 86).

Concebendo a capacitação como um processo, a Metodologia Gespar tem como pressuposto *“que a mudança de comportamento dos participantes se dá através da interação de aspectos cognitivos (eu compreendo), volitivos (eu tenho vontade... eu quero) e comportamentais (eu faço... eu mudo!)”* (Projeto Banco do Nordeste/PNUD, 1998). Dentro desta perspectiva, o capacitando é concebido *“como sujeito de sua história, e a metodologia desenvolve processos cooperativos e dialógicos a partir da realidade do integrantes, enfatizando muito mais a mentalidade e o comportamento do que a apreensão cognitiva de conhecimentos”*. O objetivo é trabalhar *“a potencialização da capacidade de autonomia e a abordagem holística, onde os sujeitos se constroem no conjunto de suas relações, desenvolvendo uma visão de totalidade”* (SILVEIRA, MELLO e GOMES, 1997, p. 71). Assim, ao aplicar o princípio pedagógico do aprender fazendo, a metodologia Gespar não só desenvolve a *“postura empresarial”* e potencializa os *“agentes apoiados”*(...) *“para atuar nos circuitos mercantis, [mas trabalha] também a construção de sujeitos sociais, agentes que se relacionam e se articulam não somente na cadeia econômica, mas junto a outros atores e instituições, em uma perspectiva abrangente de cidadania”*. Neste sentido, os capacitadores assumem o papel e a postura de facilitadores do processo de capacitação-formação (Idem, p. 72).

A metodologia Gespar está estruturada em três fases:

1ª fase: Mobilização e Fortalecimento Organizacional, com aproximadamente quatro meses de duração.

O primeiro mês é para o treinamento dos *“agentes institucionais”*, que são os técnicos das instituições (econômicas, educacionais, sociais etc.) da localidade onde será desenvolvido o projeto de desenvolvimento econômico local.

⁶² O desenvolvimento econômico local é concebido *“como um processo de articulação, coordenação e inserção dos empreendimentos empresariais associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, a uma nova dinâmica de integração sócio-econômica, de construção do tecido social, de geração de oportunidades de trabalho e renda”*. Trata-se de uma *“uma nova estratégia de desenvolvimento, onde a comunidade assume um novo papel: de comunidade demandante, ela emerge como agente, protagonista, empreendedora, com autonomia e independência”* (Projeto Banco do Nordeste/PNUD, 1998, p. 10).

desde 1986 (Idem., p. 22). O Centro CAPE (Centro de Capacitação e Apoio ao Pequeno Empreendedor), de Belo Horizonte (MG) é a principal referência da metodologia CEFE no Brasil e nos países de língua portuguesa (GOMES e LOSSACK, 1994, p. 69). O Sistema Nacional de Emprego (SENAE); a Associação Comercial e Industrial de Joinville (SC), e a rede CEAPE (Centros de Apoio aos Pequenos Empreendimentos), coordenada pela FENAPE (Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos), dentre outras, são exemplos de entidades brasileiras que utilizam a Metodologia CEFE.

A metodologia parte da idéia de que *"a prática é o espaço de domínio de todos e é onde se revelam comportamentos, como expressão do saber de cada um. Trabalhar a prática seria mexer com comportamentos que permitem evidenciar concretamente as questões-problema"* (SILVEIRA, MELLO e GOMES, 1997, p.25). Desta forma, a metodologia CEFE *"utiliza o método de aprendizagem vivencial e participativo"* (GOMES e LOSSACK, 1994, p. 68). Através de jogos e simulações, são reproduzidas situações-problema que exigem tomadas de posições e decisões, no intuito de superar conflitos e obstáculos comuns no cotidiano de um empreendimento. Por isso, no lugar de instrutor, a metodologia trabalha com a figura de facilitador. Estes devem adequar sua linguagem e forma de raciocínio *"ao nível de discernimento dos seus treinandos"*, sem perder de vista sua condição de treinador, portanto não ignorando ou apresentando uma *"atitude de neutralidade amorfa"* (SILVEIRA, MELLO e GOMES, 1999, p. 30).

O principal objetivo da Metodologia CEFE é *"desenvolver no treinando a conduta empreendedora"*, estruturando-se, para isto, em três módulos (MOURA, 1994, p. 69):

1º Módulo: Conscientização e Auto-conhecimento. Neste módulo são desenvolvidas atividades que oportunizem aos participantes vivenciarem situações com o objetivo de conscientizá-los acerca das vantagens e dos desafios de se tornar empreendedor, bem como das características pessoais necessárias.

2º Módulo: Geração e Seleção de Idéias. Ainda que seja feito um *brainstorm* de possíveis tipos de negócios, o fundamental neste módulo é também a conscientização. Pensar e fundamentar as idéias, as sugestões que vão aparecendo. Assim, é enfatizada a importância da busca do maior número possível de informações: produto, matéria-prima, mercado fornecedor e consumidor, processo produtivo etc. Significa raciocinar, avaliar criticamente suas idéias, filtrar o empolgação e o emponderamento emotivos, próprio dos "marinheiros de primeira viagem".

3º Módulo: Desenvolvimento de um Plano de Negócio. A partir das informações obtidas e sistematizadas nos dois primeiros módulos, os participantes exercitam o desenvolvimento de

Dentro deste enfoque, uma das metodologias que vem sendo usada é a Metodologia de Capacitação Massiva⁵⁹. Desenvolvida pelo sociólogo Clodomir dos Santos Moraes há mais de duas décadas, esta metodologia parte do princípio que todas as pessoas possuem "*capacidades e materiais não utilizados que podem ser desenvolvidos e direcionados para a geração de atividades produtivas, (...)*". Caracteriza-se pela participação efetiva de todos os beneficiários no processo de formação, vivenciando na prática o conteúdo desenvolvido no e pelo programa.

Essa metodologia de capacitação estrutura-se em quatro laboratórios, a saber: Laboratório Organizacional de Curso; Laboratório Organizacional de Terreno; Laboratório Organizacional de Centro e Laboratório Organizacional de Empresa (SILVEIRA, MELLO e GOMES, 1997, p. 48).

Inicialmente é realizado o Laboratório Organizacional de Curso, onde são capacitados os Técnicos em Desenvolvimento Econômico⁶⁰. Com escolaridade mínima de segundo grau, recebem capacitação em "*organização, planejamento e projetos, além de noções jurídicas para a formação de empresas coletivas, familiares, comunitárias, condominiais ou individuais*". São dois meses - em regime de internato - de aulas teóricas e um mês de aulas práticas. Como componente conclusivo de sua formação, cabe a cada futuro Técnico em Desenvolvimento Econômico capacitar vinte Auxiliares de Projetos de Investimento. Em 75 horas-aula transmitem o que aprenderam nos Laboratórios Organizacionais de Curso e os Auxiliares, também como forma de conclusão do curso, deverão desenvolver "*um perfil de projeto econômico*" (Idem, p. 49). Esses projetos passam a fazer parte do Sistema de Identificação de Projetos com Participação Social para Geração de Emprego e Renda.

Cabe aos Técnicos de Desenvolvimento Econômico, juntamente com um perito em Capacitação Massiva, administrar o Laboratório, ministrar as aulas de "*noções de cidadania e organização popular*" (BARELLI, p. 145; in. SIQUEIRA, 1999). É deles a função de elaborar e avaliar projetos (SILVEIRA, MELLO e GOMES, 1997, p. 49).

⁵⁹ Esta metodologia é utilizada pelo Governo do Estado de São Paulo no Programa de Auto-Emprego (BARELLI, in: SIQUEIRA, 1999, p. 140-153) e pelo Movimento Sem Terra (MST) na capacitação dos associados das Cooperativas Agropecuárias (SIZANOSKI, 1998).

⁶⁰ Nos Laboratórios Organizacionais de Curso, os capacitandos são preparados a trabalhar em "*condições de extrema dificuldade*" e, no curso, "*são levados a situações-límites, a exemplo do que ocorre na vida real, durante o convívio com a comunidade*".

No caso do Programa de Auto-Emprego do Governo de São Paulo, os Técnicos em Desenvolvimento Econômico são estimulados a "*se organizar em empresas de serviço*", passando a assessorar prefeituras, empresas e ONGs no que se refere à metodologia (BARELLI, p.149; In. SIQUEIRA, 1999).

um dos seus integrantes.

Dos autores consultados, Marcos Arruda é o que mais trabalha essa questão. Segundo ele, a cooperativa autogestionária de Sócio-economia Solidária deve desencadear um processo educativo, tendo como *"objetivo elevar a consciência para a crescente autonomia, auto-desenvolvimento, auto-educação e auto-governo do indivíduo e da coletividade"* (1996, p. 5; citando Teilhard de Chardin). Uma educação que *"se funda numa metodologia adequada, que valoriza o conhecimento de cada pessoa e de cada coletividade, articula teoria e prática e orquestra a promoção da autoconsciência individual com o processo coletivo de visualizar e de construir o novo"* (ARRUDA, 1998, p. 5). É dentro deste enfoque sócio-educativo que se pode visualizar o *"cooperativismo autogestionário e solidário"* ou *"cooperativismo popular"* como *"o caminho"* possível de superação da *"cultura de reivindicação e de delegação"* dominante em nossa sociedade (Idem, 1998b, p. 5).

No entanto, é justamente na questão educativa que Arruda afirma estar um dos principais desafios do cooperativismo solidário, dado que [a] *"motivação inicial para que os trabalhadores ou consumidores se organizem é, em geral, predominantemente individual ou familiar..."*, qual seja, obter uma ocupação no intuito de assegurar ou melhorar as condições de *"sobrevivência própria e da família"*. A construção de uma *"cultura solidária e companheira"* ⁵⁸ é *"resultado de uma lenta e profunda transformação subjetiva dos próprios associados, que está ligada a processos tanto teóricos como práticos, individuais e coletivos, de educação"* (Idem, 1998, p. 26). É preciso, portanto, que se desenvolva a *"consciência de que nem os interesses do indivíduo nem os do pequeno grupo são ilegítimos, e também que eles não deveriam ser atendidos através da supressão dos interesses de outros indivíduos, pequenos grupos ou do coletivo como um todo"*. Desenvolver a consciência e a cultura de que quando predominam *"o espírito e a postura"* de *"partilha de energia e recursos com o coletivo"*, aumenta também o fluxo *"de energia e de recursos em favor de cada membro individual do coletivo"* (Idem, ibidem). Portanto, ao pensar o desenvolvimento comunitário, Arruda não o restringe a um movimento voltado para si e em si mesmo. Trata-se de um movimento que envolve a interação com o maior número possível de comunidades.

ARRUDA destaca ainda que é por meio da *"educação libertadora"* que se obterá

⁵⁸ Segundo Marcos Arruda, predomina na sociedade uma cultura de reivindicação e de delegação, devendo ser superada "por uma cultura de auto-desenvolvimento, da auto-ajuda, da complementariedade solidária; o associativismo e o cooperativismo autogestionários, transformados em projeto estratégico, podem ser os meios mais adequados..." (ARRUDA, 1998, p. 4;17).

primeiro ponto que se observa é que a solidariedade não se restringe às relações econômicas. Ao contrário, amplia-se também para as relações sociais, políticas e culturais. Trata-se de uma solidariedade que tem em seu horizonte, também, a *"transformação das instituições e relações sociais em nível local, nacional e global..."* (ARRUDA, 1998). Nesse sentido, Arruda argumenta em favor de um projeto abrangente de Sócio-economia Solidária. Neste, as iniciativas econômicas em nível micro não se restringem à busca de viabilidade econômica do empreendimento, com intuito de retorno financeiro para seus integrantes. Sem desconsiderar esses aspectos, busca-se também a *"eficiência do sistema como um todo e das relações que o constituem"*. Implica em *"aumentar a qualidade do bem estar e da satisfação de cada associado e da comunidade, e da população como um todo"* (Idem, citando NUÑEZ, 1996). A solidariedade não só deixa de ser uma mera estratégia de viabilidade do empreendimento, como também passa a ser concebida como uma cultura que extrapola as relações micro entre os integrantes de um único grupo. Em síntese, trata-se de um espaço de desenvolvimento e assimilação de comportamentos sociais, políticos e econômicos calcadas numa nova cultura, qual seja, a cultura solidária.

9. Como desenvolver comportamentos sociais, políticos e econômicos calcados numa cultura solidária? (Questões Metodológicas)

O modo de produção da sociedade na qual vive-se nutre-se pelo estímulo e desenvolvimento de comportamentos calcados muito mais no valor ter, no status de proprietário, do que na valorização do próprio ser. Daí, egoísmo, individualismo, consumismo, autoritarismo etc., são tipos de comportamentos que refletem uma racionalidade sócio-político e econômica em que poucos têm muito e, por isso, determinam o que é e o que deve ser feito, cabendo aos demais - a grande maioria que pouco ou nada tem - acatar e executar. Esta cultura do mando e da obediência, do tudo posso e do sentimento de pequenez e de impotência, vem se tornando cada vez mais predominante no contexto da sociedade atual. Ainda que seja difícil aceitá-lo, não podemos ignorar as consequências do desemprego estrutural que, ao expurgar trabalhadores e trabalhadoras do mercado formal de trabalho, relega-os à condição de *"novos pobres"*, quando não, de excluídos e, por isso, da predisposição a tudo se submeter para assegurar o mínimo necessário para sua sobrevivência e a sobrevivência de seus familiares.

Como já salientado em outros momentos, as organizações econômicas de

Na perspectiva de Razeto, a solidariedade explicita-se na centralidade do fator trabalho frente ao capital. Significa que no processo produtivo a preocupação não está em eliminar a participação humana, mas em que o trabalhador não seja relegado à condição de simples agregado da máquina em função da produção em escala. Assim, as características desta Economia de Solidariedade vão além de mera estratégia. Razeto sintetiza essas características no fator "C", assim denominado por ser a letra inicial de palavras que em diversos idiomas expressam valores, como cooperação, comunidade, coordenação, coletividade, colaboração, comunicação.

Desta forma, o fator "c" na produção

(...) manifesta-se no uso compartilhado de conhecimentos e informações, dando lugar a um importante elemento de criatividade social; na adoção coletiva das decisões; na melhor integração funcional dos diferentes componentes sociais da empresa, reduzindo os conflitos e custos que deles derivam; na satisfação de necessidades de convivência e participação que implicam que a operação da empresa proporcione a seus integrantes uma série de benefícios adicionais não contabilizados monetariamente, mas reais e efetivos; no desenvolvimento pessoal dos sujeitos envolvidos nas empresas, derivadas da comunicação e mudança entre personalidades diferentes etc. (RAZETO, 1993, p. 41).

Na distribuição, a solidariedade explicitada por Razeto também se distingue da economia de mercado. Essa diferença está na adoção de outros mecanismos de circulação, como "doações", "reciprocidade", "comensalidade" e "cooperação" ⁵⁷. A partir desses mecanismos de circulação, Razeto afirma que é possível verificarmos "níveis especiais de integração comunitária entre os diferentes sujeitos individuais e grupais participantes" (Idem, 1993, p. 43).

No consumo, a Economia de Solidariedade apregoada por Razeto caracteriza-se pela "proximidade entre produção e consumo"; "preferência pelo consumo comunitário sobre o consumo individual", isto é, atender às necessidades da comunidade e não a aspirações consumistas individuais; "integralidade na satisfação das necessidades de diversos tipos"; e "simplicidade na qualidade com austeridade na quantidade" (Idem, 1993, p. 43-44).

⁵⁷ "Reciprocidade: transferências bidirecionais de bens entre sujeitos ligados por laços extra-econômicos de amizade e confiança (...) Comensalidade: transferências pluridirecionais de bens entre diversos sujeitos, que constituem um grupo integrado por vínculos familiares, religiosos, sociais, culturais, psicológicos, etc... Cooperação: transferências bidirecionais múltiplas de bens trazidos por sujeitos individuais a um sujeito coletivo dos quais fazem parte e que são compensados posteriormente por fluxos que vão do sujeito coletivo aos sujeitos individuais na proporção (a pro-rata) das contribuições efetuadas por cada um".

Na economia de mercado, a distribuição se limita às "relações de compra e venda", "tributação" e "dotações orçamentárias" (RAZETO, 1993, p. 42-44).

cidade, estruturadas em dois pólos: econômico-empresarial e solidário, e com o objetivo de viabilizar as condições econômicas, sociais e culturais necessárias para que os trabalhadores-empREENDEDORES possam assegurar o que precisam para um padrão de vida digno.

6. Quem são os empreendedores econômicos solidários?

Semelhante à questão anterior, o perfil dos empreendedores econômicos solidários encontra-se indefinido. Contudo, os estudos demonstram que a grande maioria das experiências são constituídas, fundamentalmente, por trabalhadores historicamente excluídos do mercado formal de trabalho e/ou desempregados pelo processo de reestruturação produtiva e/ou de privatizações de empresas estatais. Esta categorização, ao menos em parte, corresponde ao que Coraggio define como "*matriz sócio-econômica básica da economia popular*", que são "*todos os agentes - individuais ou coletivos - que se caracterizam pelo fato de que sua reprodução depende da continuada realização de seu fundo de trabalho próprio*". Esta definição [continua o autor] *exclui os proprietários de recursos em quantidade e qualidade tais que possam viver (com níveis de consumo de luxo) da exploração de trabalho alheio ou de rendas*" (CORAGGIO, 1996, P. 187).

Esta caracterização acerca do perfil dos trabalhadores-empREENDEDORES, no entanto, suscita a pergunta do por quê do adjetivo popular usado por alguns autores e/ou atribuído a algumas iniciativas de geração de renda em Economia Solidária.

7. Por que o adjetivo popular?

Não foi encontrada resposta para esta pergunta no material consultado. No entanto, tudo indica que o adjetivo popular atribuído a algumas cooperativas, sobretudo àquelas ligadas às Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, refere-se tão somente ao perfil das pessoas que as integram, que são aquelas provenientes dos setores mais despossuídos da sociedade. Ou seja, o popular corresponde tão-somente aos trabalhadores e trabalhadoras das camadas populares, aqueles que dependem da venda de sua força de trabalho para se auto-sustentar e sustentar seus dependentes, e não a todos os desempregados do mercado formal de trabalho.

econômicas" (RAZETO, 1993, p. 40).

Muito próximo de Razeto, José Luis Coraggio diz ser "*todos aqueles agentes - individuais ou coletivos -... [que mantêm] algumas características qualitativas centrais do agregado de economias domésticas, [inclusive] regras internas de regulação do trabalho e da distribuição de seus resultados,...* [e que têm como objetivo a] *reprodução ampliada da vida*" de seus integrantes (CORAGGIO, 1996, pp. 187; 195; 196)

Arruda, por sua vez, diz ser as organizações econômicas controladas e geridas "*coletivamente pelos trabalhadores*", cujo objetivo é a "*busca do bem estar e do progresso de cada uma e de todos os seus envolvidos*" (ARRUDA, 1998, p. 7). O autor cita as cooperativas autogeridas, concebidas como organizações sócio-econômicas, portanto, "*como uma comunidade humana e não apenas como uma empresa*". Isto significa que, enquanto comunidade humana, seu objetivo específico é o "*desenvolvimento do bem-estar sustentável de cada associado e de suas famílias...*" Dentro desta perspectiva, a redução de custo e o aumento da receita, por exemplo, deixam de ser um problema exclusivamente do associado para ser um problema também de sua família, dado que a preocupação é com a renda familiar e não apenas do indivíduo associado (Idem, 1996, p.24). Esta concepção confere à cooperativa autogestionária e solidária uma identidade singular enquanto empreendimento econômico dentro do sistema capitalista. Segundo o autor, para que esta proposta se efetive, o caminho é implementar uma dinâmica de funcionamento pautada numa

dupla estratégia de mercado...uma, orientada para o mercado capitalista, onde a regra é a competição feroz e agressiva; e outra, com respeito ao mercado intercooperativo, que também é chamado de 'mercado solidário', no qual o desafio é criar sistemas de práticas comerciais baseadas na cooperação e na complementariedade, em vez da competição, e estabelecer sistemas de preço que eliminem a exploração do comprador/consumidor (ARRUDA, 1998, p. 7).

O que Arruda defende com esse chamado *mercado solidário* é a possibilidade de constituir-se uma rede de Sócio-economia Solidária envolvendo não só a produção, mas também o consumo. A cooperação e complementariedade mencionadas pelo autor como elementos desse mercado intercooperativo e/ou rede de Sócio-economia Solidária são a base de sustentabilidade dos empreendimentos a ela ligados, dado que a prioridade no consumo é de produtos e/ou serviços que a integram. Em relação à complementariedade, o autor argumenta em favor de uma cadeia produtiva constituída a partir e voltada para as demandas dos envolvidos - indivíduos e empreendimentos - na rede. Isto significa que os novos empreendimentos seriam implantados já tendo um mercado consumidor garantido.

Gaiger, estudando os empreendimentos de economia solidárias no Rio Grande do

arbitragem de disputas, câmaras que facilitem o entrosamento de empresas complementares das cadeias produtivas (por exemplo, entre confecções de produtos e varejistas (Idem, 1999, p. 124).

Para CORAGGIO, a estratégia de ação é "*constituir relações de interdependência, materializadas em intercâmbios mediados por relações mercantis ou ainda diretamente sociais entre unidades domésticas de uma mesma comunidade e entre comunidades, criando as bases para novas identidades coletivas e para a crescente sustentabilidade do desenvolvimento popular*" (1996, p. 186). Trata-se, pois, de conceber a economia popular dentro de um projeto mais amplo, qual seja, o de desenvolvimento humano⁵³.

Escreve CORAGGIO,

(...) nem o consumismo [economia capitalista], nem a caridade [economia social] são a via para um cabal desenvolvimento humano. Pretender conseguir todas estas mudanças supõe um projeto político cultural e um amplo movimento que o sustente de maneira congruente na cena política e nas buscas coletivas de resolução dos problemas urgentes de cada localidade ou grupo, articulando os esforços de desenvolvimento local no interior de uma perspectiva macrossocial de desenvolvimento (1996, p.38).

O autor destaca que "*o desenvolvimento requer, mas não pode se limitar a cobrir o acesso aos meios de vida de primeira necessidade*", e nem tampouco "*poderá ser obtido com intervenções puramente ideológicas para inculcar novos valores*". É preciso, sim, articular economia e cultura (CORAGGIO, 1997, p.38).

Marcos Arruda, muito próximo da concepção de Coraggio, escreve que o projeto Sócio-economia Solidária não se efetiva definitivamente no micro, pois "*as iniciativas cooperativas isoladas (nível micro) [embora constituam um fator de desenvolvimento] não têm poder transformador e efetivo ou potencial; (...)*". Para este autor, o projeto Sócio-economia Solidária exige a atuação também no meso e no macro nível, o que significa "*tecer redes cooperativas e solidárias de intercâmbio comercial, técnico, financeiro, cultural e efetivo (nível meso) nos espaços local, nacional, regional e global, guiados por um projeto*

⁵³ O Desenvolvimento Humano, no conceito formulado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é "*o processo de ampliação do campo de escolhas das pessoas, aumentando suas oportunidades de educação, assistência médica, renda e emprego, cobrindo o espectro completo das escolhas humanas, desde um meio ambiente físico saudável até as liberdades econômicas e humanas*" (CORAGGIO, 1996, p. 40).

Segundo Coraggio, o paradigma do Desenvolvimento Humano não significa redistribuir a renda ou mesmo se contrapor ao crescimento. Significa, sim, uma proposta cuja "*regra principal é o investimento nas pessoas,...*", nas suas capacidades e na utilização dessas capacidades no processo produtivo. Falar em Desenvolvimento Humano é falar em desenvolvimento do capital humano, o que significa "*desenvolvimento das pessoas, para as pessoas e pelas pessoas*" (Idem, 1996, p. 40).

atende a aspirações não somente materiais ou monetárias e, [ainda, ao humanizarem] as relações entre produtores e desses com os consumidores" (Idem, p. 50). Em virtude dessa contraposição à economia de mercado capitalista, Gaiger afirma que a Economia Solidária está demonstrando ser capaz de operar em nível macro, ao lado da economia privada individual e da economia pública estatal" (Idem, p. 26). Segundo este autor, não é possível continuar imaginando "o desenvolvimento econômico das sociedades fora da economia de mercado, como se este estivesse a caminho de dissolver-se, ou então fosse possível suprimi-lo em alguma parte do globo e lá implantar uma economia sem intercâmbio, ou de trocas totalmente reguladas e dirigidas" (Idem, p. 49). É preciso sim, agir e interagir dentro e com a economia de mercado, sem perder de vista que "o modo de produção capitalista, como os demais, articula-se com diversas formas de produção, além daquela que lhe é específica, subjugando-as à sua própria lógica e reservando-lhes um lugar subordinado, quando não sua ruína" (Idem, ibidem).

Portanto, considerando que a "força do modo de produção reside em sua capacidade de renovar constantemente sua base material e de impô-la ao conjunto dos setores produtivos,... [é preciso que a nova forma social incorpore em sua base técnica os avanços tecnológicos do sistema dominante, assegurando] sua existência dentro do capitalismo, preservando sua natureza intrínseca distinta e criando chances de formação de um novo setor econômico com possibilidades de expansão" (GAIGER, 1996, p. 116). Assim, "as chances de sobrevivência e de expansão da forma social solidária de produção tendem a crescer à medida que, além da incorporação da base técnica capitalista, essa forma começa ela mesma a renovar o conteúdo material do processo de trabalho, a devolver novas forças produtivas, materiais e intelectuais, mais adaptadas à sua organização específica do processo de trabalho" (Idem, ibidem).

3. Quem são os agentes da economia solidária, ou seja, quais as organizações que integram este novo subsistema econômico?

Segundo Paul Singer, Economia Solidária é formada por "produtores autônomos [individuais e coletivos] de todos os tamanhos e tipos" (SINGER, 1999, p. 132), inclusive "empresas com assalariados" (SINGER, 1999, p. 127;125).

Luiz Razeto, diferente de Singer, afirma que a Economia de Solidariedade é formada por organizações econômicas "que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de

Não é, pois, objetivo inicial da Economia Solidária constituir-se numa força econômica em substituição à economia de mercado capitalista. Segundo Singer, a Economia Solidária poderá chegar a constituir-se num outro subsistema econômico, possibilitando, desta forma, uma outra alternativa ao lado da economia *"inter-capitalista"*. Este novo subsistema - a Economia Solidária - seria movida *"pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies, contratualmente ligados por laços de solidariedade"*. Além disso, poderá também constituir-se numa estratégia dos trabalhadores em relação à criação de novas alternativas de geração de trabalho e renda, possibilitando o reestabelecimento do equilíbrio entre a oferta e a demanda do mercado formal de trabalho (SINGER, 1997, p. 17).

Razeto também considera um erro *"pensar a economia de solidariedade como algo completamente oposto à economia de mercado. A idéia e o projeto da economia de solidariedade não o pensamos como negação da economia de mercado ou como alternativa frente à economia de empresas. Fazê-lo seria completamente anti-histórico e inclusive alheio ao homem tal como é e como pode ser"* (RAZETO, 1993b, p. 17). No entanto, se [a] *"economia de solidariedade não é negação da economia de mercado, mas tampouco é sua reafirmação"* (Idem, 1993b, p. 18).

Segundo o autor, o caráter alternativo da Economia de Solidariedade reside na possibilidade das iniciativas microeconômicas se desenvolverem a ponto de constituir-se num subsistema da economia global, operando junto aos demais setores das economias privada individual e pública estatal (Idem, 1993, p. 45). Para a efetivação desse projeto, Razeto afirma que a economia de solidariedade apresenta *"dois componentes"* que *"se alimentarão e enriquecerão reciprocamente"*. Um, que seria a difusão sistemática e metódica da solidariedade na economia global, tornando-a *"mais solidária e integrada"*, e outro, fruto desta economia global mais solidária, que proporcionaria *"elementos e facilidades para o desenvolvimento de um setor de atividades e organizações econômicas conseqüentemente solidárias"* (Idem, 1993b, p. 18).

CORAGGIO igualmente admite que o objetivo inicial do subsistema Economia Popular não é substituir o subsistema capitalista-privado e nem mesmo o subsistema economia pública. Sua finalidade e necessidade é operar e interagir dentro e com os demais subsistemas. Em, virtude disso, a economia popular deve aproveitar-se de todas as situações para tornar-se forte a ponto de resistir às *"forças destrutivas"* dos outros dois subsistemas (1997, p. 36). A estratégia apontada por Coraggio é a de extrapolar o nível micro e atuar também *"sobre as macrorrelações e instituições que atuam sobre o conjunto, (...), operando simultaneamente nas diferentes partes de um todo em vias de formação"* (Idem, 1997, p.37).

ao conjunto da economia" (Idem, 1996, p. 195). Em contraposição à economia de capital, cujo sentido é dado pela acumulação, "o sentido desta verdadeira economia do trabalho seria dado pela reprodução ampliada da vida de seus membros" (Idem, 1996, p. 196).

O conceito de *reprodução ampliada da vida*, portanto, é o elemento chave de compreensão da economia popular. A reprodução ampliada significa ampliar, "sem limites", a "qualidade de vida, incluídas as relações comunitárias e sociais, o que requer consumo" e não consumismo, como acontece na economia empresarial-capitalista, que introjeta as necessidades e ao mesmo tempo os anseios em satisfazê-las (Idem, 1997 p.36).

Como se vê, o que caracteriza a Economia Popular é "a qualidade de suas relações e o sentido de seus produtos..." (grifo nosso) [e não] "o tamanho de seus elementos, nem a ausência de controle por parte do Estado, nem sua produtividade, nem o tipo de bens e serviços que produz(...), nem o caráter não-mercantil de suas atividades",(...)" (CORAGGIO, 1996, p. 196).

Marcos Arruda, a partir do binômio economia e desenvolvimento comunitário⁴⁸, desenvolve o conceito de Sócio-economia Solidária. Segundo o autor, a Sócio-economia

Os outros dois subsistemas são: economia empresarial e economia pública. Veja o esquema abaixo, formulado por Coraggio.:

SUBSISTEMA	LOGICA/SENTIDO	AGENTES
economia empresarial	acumulação de capital	empresas e suas redes e aparatos ad hoc
economia pública	Acumulação e legitimação de poder	organizações do Estado, partidos políticos, redes e aparatos ad hoc
economia popular	reprodução ampliada da vida	unidades domésticas, suas redes e aparatos ad hoc

Coraggio descarta a possibilidade da economia social ou 3º Setor, como é conhecido, vir a ser a alternativa ao mercado formal de trabalho. O total de recursos necessários para atender a demanda é muito maior do que o 1º setor está disposto a disponibilizar, sob pena de afetar sua própria viabilidade (Idem, 1997, p. 36).

⁴⁸ Marcos Arruda define "o desenvolvimento como um processo de desdobrar conscientemente os potenciais inerentes a cada um e a todos os seres humanos, indivíduo, família, comunidade, nação, assim como a espécie humana como um todo. Desenvolvimento humano integral, e não apenas desenvolvimento material. Convertendo a economia num meio - não num fim - para servir ao desenvolvimento humano, para que se torne realmente possível" (ARRUDA, 1998, p. 5).

Em relação ao conceito comunidade, Marcos Arruda escreve que esta não se refere a "qualquer agrupamento humano que tem algo em comum...". Para que um agrupamento natural de pessoas seja de fato uma comunidade humana é preciso que "compartilhem um projeto em comum: valores, ideais e práxis em comum". Um projeto compartilhado não apenas entre as pessoas de um determinada comunidade, mas compartilhado também com pessoas que integram outras comunidades, de localidades próximas, nacionais e, inclusive, de outras nações. Daí, o conceito de desenvolvimento emancipatório comunitário, que é "aquele que permite construir relações integralmente humanas - isto é, conscientemente solidárias - dentro da comunidade, assim como para fora dela". Este conceito difere do conceito compensatório, denominado de desenvolvimento sustentável, que significa aquele resultante do esforço da classe trabalhadora - "pessoas que dependem da venda da sua força de trabalho para sobreviver com suas famílias"- para solucionar "alguns dos seus problemas de sobrevivência, que o mercado - [embora tenha criado] - é incapaz de resolver" (ARRUDA, 1998c, pp. 3;4).

econômica dos pequenos empreendimentos (Idem, ibidem).

Luis Razeto, estudando as experiências de geração de renda no Chile desde a década de 80, aborda o conceito de Economia Solidária de forma mais ampla⁴². O autor concebe

(...) a economia solidária, como uma formulação teórica de nível científico elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas – no campo da produção, comércio, financiamento de serviços etc – (...). Trata-se de um modo de fazer economia que implica comportamentos sociais e pessoais novos, tanto no plano da organização da produção e das empresas, como nos sistemas de destinação de recursos e distribuição dos bens produzidos, nos procedimentos e mecanismos de consumo e acumulação (RAZETO, 1993, p. 40).

Como se vê, a concepção de Razeto vai além da dimensão meramente econômica, tal como aparece na formulação de Singer. Enquanto neste a Economia Solidária é formada pelos "produtores autônomos de todos os tamanhos e tipos...", inclusive "empresas com assalariados", em Razeto a Economia de Solidariedade é formada por organizações econômicas "que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas" (RAZETO, 1993, p. 40). Em Paul SINGER (1999), a solidariedade apresenta-se mais numa dimensão funcionalista - "resolver o problema do desemprego"- o que significa uma alternativa de geração de emprego e renda para os desempregados do mercado formal de trabalho. Em Razeto, a solidariedade aparece como uma nova ética de relações produtivas, isto é, uma nova racionalidade sócio-político-econômica. Esta concepção fica ainda mais explícita quando o autor defende que não se trata de fazer solidariedade depois que o processo econômico tenha encerrado seu ciclo. Ajudar àqueles que ficam prejudicados na distribuição dos bens e serviços produzidos de forma não-solidária, até mesmo os grandes capitalistas já o fazem há muito tempo (RAZETO, 1993b, p.p. 14-15). A solidariedade concebida por Razeto implica em que esta seja introduzida nas diversas fases do ciclo econômico: da produção, passando pela circulação, até chegar na acumulação e no consumo. Significa colocar o ser humano acima do capital e a solidariedade acima do individualismo (Idem, 1997, p. 92).

Neste sentido, Razeto afirma que falar Economia de Solidariedade é o mesmo que falar em "centralidade do trabalho" (Idem, p. 94). Uma centralidade porém, que, conforme alude o autor, não é buscada como projeto. A centralidade se deve ao fato de constituir-se no "único fator disponível", dado que os demais "fatores - meios materiais, tecnologias,

⁴² Na terminologia de Razeto, aparece a preposição "de". Ou seja, em vez de economia solidária (SINGER), o autor usa a expressão "economia de solidariedade".

mesmo nos países avançados. Enormes parques industriais são desativados por não conseguirem acompanhar os avanços tecnológicos necessários para mantê-los na lógica da produtividade e, portanto, da competitividade. O mesmo acontece nos países em desenvolvimento. Esses, mesmo com mão-de-obra barata e abundante, precisam aderir ao processo de automação devido às necessidades impostas pela competitividade da economia globalizada: reduzir os custos de produção (tornar a mão-de-obra ainda mais barata), aumentar a qualidade e quantidade dos produtos, melhorar na eficiência, velocidade e flexibilidade do processo produtivo (SCHMITZ, 1988, p. 140). Porém, além dos limites financeiros, as indústrias desses países sofrem inúmeras sanções por causa da política monetária e fiscal adotadas, não raras vezes, assumidas nas mega-negociações internacionais.

Vislumbrar alternativas para os trabalhadores e trabalhadoras das camadas populares neste cenário não é tarefa fácil. Nessa discussão, as opiniões e iniciativas são muitas. Dentre elas, a "*produção autônoma*" - "*produção simples de mercadorias*" (SINGER, 1997, p. 9)⁴¹ e/ou empreendimentos de pequeno porte - micro e pequenas empresas e cooperativas (GAIGER, 1996, p. 123). No entanto, apesar de serem apontadas por muitos como "*a grande esperança*", essas iniciativas, ainda que suprindo - mesmo que de forma precária - as necessidades da maioria dos desempregados, apresentam limites de difícil equação. A quantidade de novos empreendedores é demasiadamente grande, comparado com a quantidade e os tipos de bens e serviços que o mercado pode absorver. O insucesso de um percentual elevado desses não está, necessariamente, na sua incapacidade, mas na saturação do próprio tipo de mercado em que tentam atuar e, sobretudo, na sua "*pequenez e isolamento*" (SINGER, 1997, p. 9). A sugestão de Singer para este problema é a organização da produção em grande escala. E isso, segundo o autor, "*é possível*", mesmo "*sem ser pelo molde do grande capital*" (SINGER, 1999, p. 131): o caminho é a cooperação e o intercâmbio, a Economia Solidária, cuja discussão teórico-metodológica da sua estrutura e dinâmica de funcionamento vê-se em seguida.

⁴¹ Paul Singer diferencia o setor autônomo do setor informal. O setor autônomo comporta as atividades que se caracterizam pela "*produção simples de mercadorias*", como "*o cultivo de hortaliças e frutas, a criação de pequenos animais, a montagem manual de brinquedos, a confecção de roupas, a venda de produtos de valor alto (joalherias, boutiques...)* além de serviços de reparação, educação, saúde e entretenimento. O resto [afirma o autor] é o '*setor informal*', composto por atividades semilegais, extremamente precárias e que deixam os seus produtores numa penumbra entre a marginalidade social e a superexploração do trabalho familiar a domicílio" (SINGER, 1997, p.9).

comprassem indústrias locais. O resultado desse processo, denominado transnacionalização, ficou conhecido nesse período como "*Anos Dourados*": "*intenso crescimento econômico e pleno emprego*" e a constituição de um bloco econômico bastante homogêneo (Idem, p. 20).

No final dos anos 60, os Estados Unidos e os demais países desenvolvidos passaram a sofrer as conseqüências da superprodução (RIFKIN). Juntando-se à crise do petróleo (com aumento de impostos e diminuição de lucros) e à crise das taxas de câmbio (dólar), a alternativa das economias capitalistas desenvolvidas foi a abertura do mercado a outras nacionalidades, inclusive, e sobretudo, do Terceiro Mundo. O fenômeno da implantação de filiais de grandes companhias norte-americanas e também européias nos países em desenvolvimento se repete. O alvo na década de 70 foram alguns países da América Latina, com destaque para o Brasil, vivendo o período do "Milagre Econômico" (KATZ, 1996; SINGER, 1999). Na década de 80, devido ao endividamento latino-americano, "*o fluxo industrializado se dirigiu à Ásia Oriental: Hong Kong, Coréia do Sul Taiwan e Cingapura*" (SINGER, 1999, p. 21).

A investida sobre os países empobrecidos da América Latina, no entanto, retorna na década de 90. Sob o comando do Banco Mundial, FMI e OMC, um conjunto de medidas muito bem articuladas pressiona os governos nacionais desses países a adotarem políticas de desregulamentação e liberalização de suas economias, abrindo-as ao mercado internacional, seja o financeiro, seja o industrial e o comercial. Com a entrada facilitada de mercadorias, bens e tecnologias, muitas empresas nacionais quebram, outras redimensionam suas atividades e/ou abrem-se ao investimento de capitais internacionais, que implantam novas tecnologias, reduzindo o emprego da força de trabalho humana. No caso brasileiro, instala-se um outro fenômeno, o da "transregionalização". As empresas do Sul e Sudeste transferem seus parques fabris para regiões mais pobres, neste caso Norte e Nordeste. Além da força de trabalho desqualificada e barata, contam com incentivos fiscais oferecidos pelos governos regionais e federal.

Portanto, finalizando, a globalização não pode ser entendida apenas como conseqüência óbvia das inovações tecnológicas e do desenvolvimento da economia mundial. Trata-se de uma ação arquitetada pelas principais corporações capitalistas do mundo sobre governos nacionais das várias regiões do planeta com potencial econômico, cujo objetivo é a manutenção e/ou aumento de suas margens de lucros e acumulação de capital. Utilizando-se das fragilidades econômicas e sobretudo políticas das nações em desenvolvimento, articulam suas ações através de convenções e mega-negociações dos governos dessas nações com o Banco Mundial, FMI e OMC. Dentre as várias conseqüências desse processo, tem-se o

processo único. Também estão usando o computador para desempenhar as funções de coordenação anteriormente executadas por muitas pessoas que, em geral, trabalham em departamentos e locais separados na empresas,...

As empresas estão eliminando [departamentos e divisões] com a organização dos funcionários em redes ou equipes de trabalho que podem trabalhar juntas no processamento da informação e coordenar decisões vitais, deixando, com isso, para trás os longos atrasos que invariavelmente acompanham os trâmites burocráticos de relatórios e memorandos entre várias divisões e níveis de autoridade. O computador tornou tudo isso possível. Agora, qualquer funcionário, em qualquer ponto dentro da empresa, pode acessar todas as informações geradas e dirigidas através da organização" (RIFKIN, 1995, p.108).

Ainda que se identifique no Toyotismo determinados elementos que alteram positivamente a relação capital-trabalho, não se pode omitir a análise de outras questões que apontam na direção contrária, pois, como escreveu Paulo César Delayti Motta, ao intitular seu artigo sobre o mito do just-in-time superar o Taylorismo, "*Nem tudo que reluz é ouro:....*"³⁹. Desta forma, a flexibilização dos direitos trabalhistas, a diminuição dos níveis da hierarquia em virtude da eliminação de vários cargos de nível médio, a participação do trabalhador no processo produtivo, entre outros, devem ser analisados do ponto de vista do capital, isto é, como novas estratégias deste em apropriar-se do trabalho e gerar mais-valia (ANTUNES, 1997; KATZ, 1996, SINGER, 1999)⁴⁰.

Segundo ANTUNES (1997, p.34), a aparente integração ou participação do trabalhador no processo produtivo caracteriza muitíssimo bem essa questão, ou seja, trata-se de uma forma do capital se apropriar do conhecimento do trabalhador, dado que este continua alheio tanto do processo produtivo quanto do resultado de seu trabalho: o produto.

2 – Globalização

Os avanços tecnológicos na década de 90, principalmente na área das telecomunicações, adicionados às políticas governamentais em favor da "transnacionalização"

³⁹- O artigo foi publicado no Caderno CRH - Revista Semestral do CRH/UFBA; Salvador, n.24/25, p. 69-108, jan./dez. 1996.

⁴⁰- Segundo Antunes, da transição do Fordismo para o Toyotismo desdobram-se inúmeras conseqüências em relação aos direitos trabalhistas. "*Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se à sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do modo de produção. Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias"* (ANTUNES, 1997, p. 16).

projetados por profissionais especializados. Este modelo, conhecido como Fordista-Taylorista, segue o raciocínio da "estrutura organizacional moderna", que emergiu na indústria ferroviária na década de 1850, nos Estados Unidos (RIFKIN, 1995, p. 99)³⁸.

O Taylorismo "foi desenvolvido nos primeiros decênios do século XX, nos Estados Unidos, como uma solução que permitia restringir o poder dos operários de ofício nos processos produtivos e nos tempos de fabricação em favor da entrada de operários não-qualificados nas fábricas..." (CORIAT, 1988, p. 15).

Segundo Ricardo Antunes, o Fordismo constituiu-se na

forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalho coletivo fabril, entre outras dimensões (ANTUNES, 1997, p. 17).

Com as novas tecnologias produtivas, um novo modelo de organização da produção foi desenvolvido: a produção enxuta, dos japoneses. Com particularidades que emergiram no mercado consumidor no pós-guerra (crise financeira; pouca demanda, sobretudo do mercado automobilístico e impasses trabalhistas), os japoneses se viram impelidos a desenvolver um modelo de organização e gestão da produção que, uma vez articulado a máquinas sofisticadas, pudesse atender suas demandas (ANTUNES, 1997).

Segundo ANTUNES,

Coriat fala em quatro fases que levaram ao advento do Toyotismo. Primeira: a introdução, na indústria automobilística japonesa, da experiência do ramo têxtil, dada especialmente pela necessidade de o trabalhador operar simultaneamente com várias máquinas. Segunda: a necessidade de a empresa responder à crise financeira, aumentando a produção sem aumentar o número de trabalhadores. Terceira: a

38. "A característica que define a corporação moderna é sua estrutura administrativa hierárquica" formando uma espécie de pirâmide. "Os funcionários, em cada degrau da escada corporativa, tem atribuições específicas e prestam contas de seu trabalho àqueles imediatamente acima na pirâmide corporativa. Informações vitais referentes à produção, distribuição e ao marketing sobem na cadeia de comando, são processadas em cada nível e depois levadas para o próximo nível gerencial que, por sua vez, usa as informações para tomar decisões de comando, que vão sendo transmitidas para a hierarquia abaixo e implementadas em cada uma das de nível descendente da estrutura organizacional. O organograma de uma corporação moderna gigantesca contém hierarquias dentro de hierarquias. Departamentos como financeiro e contábil, pesquisa e desenvolvimento, marketing e propaganda, cada um tem sua própria cadeia de comando embutida na estrutura maior".

Na base da hierarquia corporativa está a mão-de-obra não-qualificada e semiqualficada, cuja função é fazer e movimentar coisas ou executar os serviços que são a marca registrada da empresa. Suas tarefas são, para todos os fins e propósitos, rigorosamente rotinizadas..." (RIFKIN, 1995, p. 100).

Após a Segunda Grande Guerra, a indústria capitalista, sobretudo a partir da iniciativa japonesa, iniciou um novo estágio na área produtiva. Associando componentes eletrônicos (Terceira Revolução Tecnológica) e, mais recentemente, microeletrônicos (Quarta Revolução Tecnológica) a equipamentos ultra-sofisticados, a grande indústria vivencia um período de intensa produtividade e competitividade. Todavia, amarga a responsabilidade pelo ônus das conseqüências no campo social, fruto do desemprego, subemprego e da precarização, inevitáveis do ponto de vista do grande capital.

Segundo Jeremy Rifkin, a razão do investimento em automação por parte das grandes companhias, já no final da década de 1940 e início dos anos 50, pode ser explicada pelos problemas trabalhistas herdados do período da guerra.

Os empresários estavam ficando preocupados com o que consideravam uma invasão dos trabalhadores organizados em seu domínio tradicional. Questões de contratação e demissão, promoções, ações disciplinares, benefícios de saúde e assuntos de segurança no trabalho foram introduzidos no processo de negociação em cada setor da indústria. (...) Ameaçados pela crescente intensidade das exigências dos trabalhadores e determinados a manter seu controle de longa data sobre os meios de produção, os gigantes industriais dos Estados Unidos voltaram-se à nova tecnologia da automação, tanto para se livrarem de trabalhadores rebeldes, quanto para melhorar sua produtividade e seu lucro (RIFKIN, 1995, p. 71-72).

O resultado dos investimentos americanos na automação industrial nos anos 50 conferiu aos Estados Unidos a hegemonia no mercado internacional na década de 1960 (RIFKIN). Comprar produtos com o selo "Made in USA" era sinônimo de status, pois, além da qualidade atribuída aos americanos, havia a questão financeira, ou seja, comprar produtos americanos era para quem tinha dinheiro.

No entanto, o ritmo acelerado da produção e do consumo norte-americano saturou o mercado interno. Além disso, as novidades provenientes de outras nacionalidades, inclusive com preços mais baixos, juntamente com a crise do petróleo no início da década de 1970, aumentando o custo de energia e dos impostos, fez com que a margem de lucro das empresas norte-americanas despencasse. A alternativa não podia ser outra senão o investimento maciço em novas tecnologias de produção. Na década de 1980 os investimentos americanos em tecnologias da informação somaram mais de um trilhão de dólares, sendo mais de 85% do total no setor de serviços (RIFKIN, 1995, p.97). Todo esse investimento, contudo, só teve efeito no início dos anos 90, sobretudo na área administrativa e no setor de serviços e, ainda, quando associado a novas estruturas organizacionais (Idem, p. 99).

Porém, como já observado anteriormente, se por um lado a automação microeletrônica representa aumento de lucro para alguns, para a grande maioria as conseqüências são

de montagem da montadora (RIFKIN, 1995).

Com o surgimento do computador digital (programável), já na década de 1950, intensifica-se o processo de novas descobertas e, com elas, o desenvolvimento da automação industrial. Na década seguinte, o computador é definitivamente introduzido na indústria e a produção começa a operar com o auxílio de componentes eletrônicos: o controle numérico (RIFKIN, 1995).

Franco Momigliano³⁵ define a automação que emerge nos anos 60 da seguinte forma:

Tomamos como definição de automação, no sentido técnico, a aplicação estendida de métodos de transferência (integração contínua de várias operações mecânicas sem a intervenção do homem), do controle de feed-back (correção automática do processo utilizando a informação de um servo-mecanismo que compara o resultado efetivo com o resultado desejado) e a introdução de calculadoras eletrônicas (computadores). Na realidade, apenas o segundo e o terceiro fatores diferenciam qualitativamente a automação; não se trata, no primeiro caso, de um mecanismo novo (Apud. COGGIOLA, 1996, p. 52).

Ao longo dos anos 70 presencia-se o desenvolvimento de novas tecnologias de computação e, com elas, de novas máquinas-ferramentas de produção industrial e de serviços. Essas inovações deram origem ao que Coriat e outros denominaram de "nova automação" que, por sua vez, possibilitaram a emergência de uma "nova engenharia produtiva"³⁶ (CORIAT, 1988).

Numa outra citação, Coggiola descreve a automação que iniciou na década de 1970, ressaltando a diferença desta em relação às anteriores:

35- O texto de Franco Momigliano, citado por Osvaldo Coggiola (1996, p. 52) data de 1962.

36- Nova engenharia produtiva porque, juntamente com as inovações tecnológicas, foram levadas para as linhas de produção novos conceitos de organização do trabalho.

Segundo Coriat, duas tendências marcam esta "nova engenharia produtiva": a "integração" e a "flexibilidade". A integração significa "eliminar, ao máximo, os tempos 'mortos' da produção, reduzindo os tempos gerais de circulação (alimentação-transferência) e buscando elevar, numa mesma fração de hora, os tempos de ocupação efetiva da maquinaria, dos manipuladores ou dos homens para o segmento de tarefas não-automatizadas" (p. 27); e flexibilidade é uma característica técnica fundamental dos novos equipamentos, que devem permitir a programação e reprogramação de "máquinas e manipuladores", de modo a atender as particularidades do mercado consumidor. Daí, "flexibilidade do 'mix' de produtos - ... a possibilidade de fabricar simultaneamente um conjunto de produtos com características de base comum; flexibilidade de peças - ...possibilidade de acrescentar ou suprimir uma peça do processo; - flexibilidade de mudança de projeto - capacidade de modificar rapidamente o processo para mudar as características a serem dadas a uma peça; - flexibilidade de volume - capacidade do sistema de adaptar-se às flutuações de volume da produção de uma peça, modificando os ritmos e os tempos de transição e de ocupação das ferramentas; - flexibilidades de rotação - dada a situação com máquina bloqueada, em pane ou saturada, o sistema automaticamente tem a capacidade de redirecionar uma peça para uma máquina e um espaço de trabalho livres e prontos para serem acionados" (CORIAT, 1988, p. 32).

Para saber mais sobre "nova engenharia produtiva", leia CORIAT, 1988, pp.27-29

conseqüentemente, como efeito contraditório - próprio do sistema capitalista - uma aguda crise de superprodução.

A Segunda Revolução Tecnológica explicitada por Katz acontece entre 1890 e 1940, cujo fator principal é o uso da eletricidade e do motor de combustão na indústria. Tem-se a invenção da pilha, da bateria e do dínamo, portanto, da transmissibilidade das fontes de energia ao aparecimento do motor de explosão (1860) e do motor de combustão (1895). Tem-se, ainda, as descobertas em torno da fundição do aço e do *"desenvolvimento alemão de uma nova química (...) para a produção de alcalóides e síntese de compostos orgânicos...."* (Idem, p. 24). Assim, das inúmeras inovações tecnológicas desse período, Katz chama a atenção para a invenção da máquina de costurar, da bicicleta, da máquina de escrever e do automóvel.

Mandel, segundo Katz, defende que o mais importante desse período é a vinculação da eletricidade e do motor de combustão - daí o automóvel - *"à consolidação do monopólio e ao início da etapa imperialista"* (Idem, ibidem).

A massa de capital necessária para os investimentos multiplicou-se qualitativamente, encerrando a época da livre concorrência e forçando uma concentração de inovações e capitais no setor de bens de capital. Chandler descreve este processo como reforma geral das empresas, baseado no gigantismo das novas corporações, na transformação do papel da gerência e na conversão da ciência e tecnologia em departamentos de grandes companhias (KATZ, 1996, p. 24-25).

Surgem, assim, não só as primeiras iniciativas no campo da automação, mas, também, o modo de produção conhecido como Fordista-Taylorista, vistas mais adiante.

A Terceira Revolução Tecnológica concentra-se entre o pós-guerra e meados da década de 1970. Katz não explicita o fator responsável que caracteriza esta Terceira Revolução Tecnológica, afirmando, contudo, que Freeman destaca o surgimento do plástico e da eletrônica. Em função disso, o autor relaciona as inovações como o *"rádio, televisão, fibra artificial, nylon, química pesada e fertilizantes"*. Segundo Katz, Mandel - ainda que contrariando Freeman, ao destacar os *"produtos e processos desenvolvidos com a economia armamentista, especialmente a eletrônica e a energia nuclear"* - chama a atenção para a

contradição entre a socialização crescente do trabalho e a subsistência da apropriação privada. Encontra-se esta contradição no novo aumento da composição orgânica do capital, na transferência de trabalho vivo para funções de supervisão, na maior importância da força de trabalho na preservação do valor, nas crescentes transferências de mais-valia às empresas automatizadas, no aumento dos custos da nova maquinaria na estrutura do capital fixo, na diminuição do período de produção, na aceleração geral da inovação e no planejamento da amortização acelerada (KATZ, 1996, p. 25).

Ainda na década de 50 surgiram os primeiros computadores e, já na década seguinte,

implementando a competitividade em nível mundial, no fenômeno conhecido como globalização da economia.

Ainda que muitos autores defendam a automação e as novas formas gerenciais como o caminho para a libertação do trabalhador em relação às atividades pesadas e repetitivas, conferindo-lhe maior grau de autonomia, criatividade e, acima de tudo, diminuindo sua carga horária, o que vem acontecendo é completamente o contrário: a fadiga, a precarização, o desemprego, a exclusão, a pobreza e a miserabilidade (COGGIOLA E KATZ, 1996; SINGER, 1999; RIFKIN, 1995).

1.1 - Inovações Tecnológicas.

A automação foi introduzida na indústria de forma homeopática desde a segunda metade do século XX, quando da alteração da fonte de energia, que até então era a vapor, pela energia derivada do petróleo e da eletricidade. Diferente da mecanização - uso de máquinas nas atividades que exigem esforço físico do trabalhador - a automação, em sua forma mais aprimorada, significa não só substituição da força física do trabalhador, mas também de outros órgãos humanos no processo produtivo. São máquinas desempenhando operações, controlando e até corrigindo possíveis erros, seja na área da produção industrial, seja no comércio, na administração e até mesmo na área de serviços. Esses avanços tecnológicos têm levado industriais, engenheiros e cientistas sociais e outros a caracterizarem esse período como sendo a Terceira Revolução Industrial.

Porém, segundo Cláudio Katz, não se pode confundir a Revolução Industrial com revoluções e inovações tecnológicas. Para o autor, pode-se falar em Revolução Industrial tão-somente o fenômeno que resultou do surgimento do capitalismo, convertendo "*as máquinas em geradoras de mais valia e os trabalhadores em proletários assalariados*" (KATZ, 1996, p.22)³⁴.

³⁴- Nilson Araújo de Souza também discorda que vivencie-se uma nova revolução industrial. Para o economista, o que está acontecendo é uma fusão da ciência com a tecnologia, possibilitando o avanço técnico-científico em várias áreas, como "*informática, microeletrônica, biotecnologia, engenharia genética, novos materiais, comunicações, química fina, pesquisa atômica, energia nuclear, cosmonáutica, astrofísica..*" (ARAÚJO, 1995, p. 51).

Segundo Araújo, pode-se falar numa Terceira Revolução Industrial se a descoberta e utilização de nova fonte de energia estivesse revolucionando radicalmente a estrutura do processo de produção industrial, como ocorreu na Primeira e na Segunda Revolução Industrial. Para o autor, essa nova fonte de energia é a nuclear. "*Acreditamos que a geração de energia a partir da fissão e da fusão nuclear, ao lado das demais aplicações ensejadas pelas pesquisas sobre a estrutura do átomo, será o fundamento e o eixo articulador da próxima revolução científico-*

III PARTE

ANOTAÇÕES PARA ESTUDO

Capítulo 1

**Reestruturação Produtiva, Competitividade, Globalização e
Desemprego: desafios para os pequenos empreendimentos econômicos**

Capítulo 2

Economia Solidária

*O novo brota de dentro do velho,
das sementes aí presentes
e das oportunidades abertas pelas contradições que latejam no seu interior.
É preciso, pois, que paremos de esperar o momento de os trabalhadores tomarem o
poder do Estado para, só então, começarmos a construir uma economia popular e uma
sociedade solidária.*

Marcos Arruda